

SOMOS POLI - ANAKEILA

PROPOSTAS DA CHAPA PARA O COLETIVO DA EPSJV (2017-2021)

DIREÇÃO: ANAKEILA STAUFFER

VICE-DIREÇÃO DE GESTÃO: ORBILIO ABREU

VICE-DIREÇÃO DE ENSINO: CARLOS MAURICIO BARRETO

VICE-DIREÇÃO DE PESQUISA: SERGIO OLIVEIRA



Eu sou Anakeila de Barros Stauffer, doutora em Educação, pedagoga e professora na Educação Pública há 24 anos.

Dentro do POLI, pude elaborar minha concepção de educação e formação humana, conhecer e participar da luta pela saúde pública e compreender a relação orgânica entre a saúde e a educação. Mais ainda, eu pude compreender que é pela luta coletiva e pela produção do conhecimento sempre comparetilhado que construímos o ser humano. No caso da EPSJV, é uma luta em prol da emancipação da classe trabalhadora. É por este motivo que aceito, junto a outros trabalhador@s, o desafiante projeto de me colocar como candidata à Direção desta Escola. Por isso, #SOMOSPOLI.



Eu sou Carlos Mauricio Barreto e me candidato à Vice-Direção de Ensino da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-Fiocruz), com a chapa SOMOS

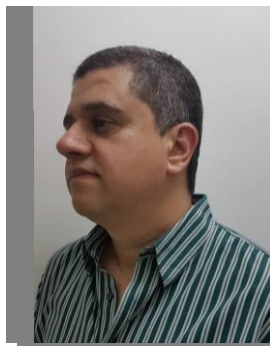
POLI. Sou psicólogo-sanitarista pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) e especialista e mestre em Educação Profissional em Saúde pela EPSJV.

Atualmente, coordeno a Secretaria de Comunicação da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), sediada no Poli há mais de 15 anos, e o Projeto Fortalecimento do Ensino Médio em Saúde, atuando entre outras ações, na articulação da RET-SUS com a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica (Rede EPCT). Por isso, #SOMOSPOLI.



Eu me chamo José Orbilio De Souza Abreu e integro a chapa SOMOS POLI. Assumi o desafio de dar continuidade ao trabalho na Vice-Direção de Gestão e Desenvolvimento Institucional.

Em 2011, assumi a Vice-Direção de Gestão e Desenvolvimento Institucional (VGDI), onde com uma equipe participativa iniciei alguns processos importantes, com destaque para a recomposição do Orçamento da EPSJV, com negociações exitosas junto à Presidência da Fiocruz, encerrando neste período um processo de contratação da força de trabalho, via bolsas do Projeto Paetec, possibilitando redução da precarização das condições de trabalho no Poli. Por isso, #SOMOSPOLI.



Eu me chamo Sergio Ricardo Oliveira e estou compondo a chapa SOMOS POLI, como candidato à Vice-Direção de Pesquisa.

Em 2012, passei a coordenar as atividades da habilitação técnica em Radiologia na Modalidade de PROEJA.

Em 2014, assumi a função de professor permanente da pós-graduação e, atualmente, a posição de coordenador do programa. Hoje, no Labman, em parceria com outros profissionais, coordeno também as atividades acadêmicas e de pesquisa de um projeto de âmbito nacional, demandado pelo Ministério da Saúde, relativo à especialização de profissionais técnicos e tecnólogos em radiologia, para atuarem na área de Radioterapia. Por isso, #SOMOSPOLI.

SOMOS POLI APRESENTA SUA CANDIDATURA À DIREÇÃO DA EPSJV

A chapa Somos Poli, formada por Anakeila Stauffer (Direção), Orbílio Abreu (Vice-Direção de Gestão), Carlos Maurício Barreto (Vice-Direção de Ensino) e Sergio Oliveira (Vice-Direção de Pesquisa), apresenta suas propostas para a gestão da EPSJV (2017-2021).

Gestão do trabalho e fortalecimento institucional

A Gestão do Trabalho na EPSJV apresenta, ainda, grandes desafios, que vêm se intensificando ao longo dos anos e se complexificando em função do crescimento institucional, sendo enfrentados com muita determinação e empenho. Desta forma, necessitamos pensar como o trabalho coletivo favorece ações estratégicas amplas, a fim de fortalecer de maneira ainda mais vigorosa todo o trabalho desenvolvido.

Sob o aspecto de fortalecimento da força de trabalho, destacamos o estancamento dos processos migratórios de servidores para outras unidades da Fiocruz, revertido pela avaliação das necessidades setoriais e da abertura de negociações junto a outras unidades. Hoje, temos um fluxo positivo de inserção de novos servidor@s, como solução adotada para compor o quadro de trabalhador@s da Administração, uma vez que o aumento da força de trabalho pela terceirização foi sus-

penso a partir da legislação vigente. Esse processo já permitiu a chegada de cinco novos servidor@s, provenientes de Bio-Manguinhos, Far-Manguinhos e IciCT. Estes trabalhadores possibilitaram reduzir a intensificação do trabalho na Seção de Compras e na Seção Financeira, cumprir o pré-requisito para a criação descentralizada da Seção de Protocolo e criar a Seção de Contratos.

A terceirização atual (IPPP e Abradecont) desprezou uma grande massa de trabalhador@s que não tinham os mínimos direitos respeitados – embora ainda seja uma luta permanente pela plena garantia ao emprego, objeto de um amplo debate dentro da EPSJV, e uma exigência de intensa capacidade de negociação junto à Presidência da Fiocruz.

Além disso, o desafio agora será, considerando o estado de demolição das políticas públicas, garantir o conjunto de direitos trabalhistas e de benefícios já existentes, opondo-se à reforma trabalhista em tramitação no Congresso Nacional. Por isso, propomos a manutenção intensificada desse tema na Câmara Técnica de Gestão a partir da posse da nova Direção. Temos que enfatizar coletivamente a nossa perspectiva para que a licitação, no início de 2018, atenda aos anseios dos trabalhador@s da Escola.

Fortalecemos esses movimentos, dando continuidade à política de desprecarização, exemplarmente adotada para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, com a substituição de bolsistas por celetistas a partir da consoli-

dação do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Saúde – Biotecnologia), e avaliando as formas de ampliar tais benefícios para os trabalhador@s vinculados aos demais projetos de longa duração no âmbito da EPSJV.

Precisamos, ainda, qualificar e aperfeiçoar os perfis das vagas do concurso público, trabalhando sob uma lógica de orientação das estratégias institucionais. Nesse sentido, será fundamental fazer que o Plano de Aplicação (PA) maximize o seu papel como instrumento de planejamento, ao invés de espaço burocrático que recusamos, realizando as discussões em um período mais amplo e com caráter essencialmente coletivo.

Precisamos, também, continuar a fortalecer os espaços da Gestão, reafirmando a valorização da Câmara Técnica, hoje com grande participação e enfatizando a sua dimensão política, além de apoiar com intensidade a sua composição ampliada, que hoje integra a Administração, o Planejamento, o Núcleo de Projetos, a Tecnologia da Informação, além da efetivação de um calendário programado, em médio prazo, compondo a agenda dos principais fóruns de discussão da Escola.

Esse esforço deve garantir a realização desses encontros no turno da noite, possibilitando o acesso efetivo do coletivo institucional às decisões, como aprofundamento democrático das deliberações, qualificando ainda mais esse espaço no âmbito da EPSJV. Desse modo, materializa-se a compreensão mais

geral em relação ao compromisso indispensável de presença da Gestão no período noturno de modo permanente.

Faz-se necessário ampliar a política de construção de indicadores de desempenho institucionais com base na participação de todos os setores e laboratórios, a partir da experiência promovida pelo Setor de Planejamento em 2016, desvinculada de um processo meramente burocrático e fazendo com que se torne um forte instrumento de avaliação e busca de caminhos estratégicos para a EPSJV.

Os recentes episódios de violência urbana e muitas situações derivadas das relações de trabalho ajudaram a confirmar a necessidade presente de se constituir a área de Segurança e Saúde do Trabalhador.

As negociações da EPSJV com a Direção da Dirac e com a fiscalização da obra possibilitaram acrescentar no projeto de reforma do prédio a necessidade e o anseio coletivos da Administração: a readequação do espaço físico. Conquista dos trabalhador@s da Administração que foi negociada e garantida para junho deste ano. Esta reestruturação possibilitará a criação de uma sala de acolhimento para o trabalhador na Seção de Gestão de Pessoas (SGP) e um espaço para o recebimento de um novo servidor com o perfil de Segurança e Saúde do Trabalhador neste Setor. Nessa linha, iniciamos contatos com trabalhador de outra Unidade para a construção de um projeto que nos auxilie a dar suporte a essa demanda.

Também é imperiosa a definição, como política institucional, de criação de um projeto que venha atender às demandas emergenciais e específicas da EPSJV, como as relacionadas a passagens com prazo imediato, à aquisição de materiais para a infraestrutura, entre outros, que hoje por diversas razões acabam sendo reprimidas por não poderem ser atendidas via Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse sentido, temos dotação orçamentária no PA 2017 para essa realização, enfatizando a nossa perspectiva de privilegiar o orçamento do tesouro, sem a intermediação da Fiotec.

O Congresso Interno da Escola precisa constituir-se na base, como uma estratégia de política institucional que permita maior capilarização das ações para o período 2018/2021 (Plano de Metas). Esse pode ser um momento precioso de agregação, de participação e de integração de todos na construção de uma Escola mais coletiva. Nessa linha, observamos que uma das grandes dificuldades enfrentadas foi o de como promover um diálogo institucional mais efetivo. Para tanto, as assembleias deverão ter liberação integral, a fim de facilitar a participação, além da publicização da lista de presença que passará a ser utilizada nos demais fóruns coletivos.

Precisamos discutir, também, uma proposta de revisão das atuais estruturas organizacionais da EPSJV, com vistas à apresentação de um novo modelo de participação dos setores no Conselho Diretor da EPSJV, para a adequação institucional às novas realidades e

necessidades, e assim promover maior representatividade do conjunto de trabalhador@s nos processos deliberativos. Com esse objetivo, a perspectiva é utilizar a proposta elaborada pelo Setor de Administração e discutida no nosso 4º Seminário Temático como base programática.

É importante destacar, nesse âmbito, o investimento na qualificação dos trabalhador@s da Administração, independente de vínculo empregatício. Alguns desses trabalhadores participaram de cursos e de eventos custeados pela EPSJV pela primeira vez. Porém, devemos avançar ainda mais. Com a criação da área de desenvolvimento da SGP, a perspectiva é institucionalizar o Plano de Qualificação na EPSJV, mapeando e atualizando as necessidades reais de qualificação da força de trabalho de acordo com as suas áreas de atuação. A Seção de Contratos, uma orientação normativa dos órgãos de controle interno e externo, também irá reduzir a intensidade do trabalho nas Seções de Compras, Financeiro e de Pessoas. Os fiscais dos contratos terão o acompanhamento de uma equipe técnica, possibilitando maior segurança nos atos administrativos.

A criação descentralizada da Seção de Protocolo reduzirá o tempo para a abertura de processo na EPSJV e possibilitará a sua rastreabilidade, além de ser um pré-requisito para a descentralização da Seção Financeira.

Em tempos de restrição orçamentária e financeira, trabalhar com "cotas orçamentárias" gerenciadas pela Dirad implica exercício

de negociação diário. A EPSJV tem tido êxito nestas negociações, porém esse processo não é ágil e dá margem à falta de priorização de algumas demandas da Escola. A descentralização da Seção Financeira nos dará mais autonomia para executar o nosso orçamento. É uma tarefa de implantação, em médio prazo, que depende do cumprimento de diversas exigências.

Ensino, Pesquisa e Formação Docente

Refletir sobre essas áreas no interior da EPSJV é considerá-las segundo suas complexidades e articulações, levando-se em conta que pensamos a formação de trabalhador@s externos a nossa escola, sem nos descuidarmos de nossa própria formação enquanto trabalhador@s. Assim, nos propusemos a pensar uns primeiros tópicos, a fim de ampliarmos o debate coletivo, inserindo novas propostas e aprofundando as existentes:

Impacto das políticas públicas de Educação

Diante do atual contexto de projetos de lei que alteram substantivamente os princípios e o funcionamento da Educação Básica em todo o país – Escola sem Partido, BNCC e Reforma do Ensino Médio –, é imprescindível que a EPSJV aprofunde a discussão dessas temáticas e suas implicações político-pedagógicas, propiciando a ampliação do debate em nosso interior e nas escolas do entorno. Cabe ressaltar que a EPSJV já vem se debruçando sobre a temática, produzindo,

inclusive, materiais de referência sobre os assuntos aqui elencados.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Em sua história, a EPSJV realizou atividades pontuais relacionadas à Educação de Adultos. Não obstante, desde 2006, a modalidade da EJA passa a ser compreendida como uma atividade mais orgânica no interior da Escola. Além da EJA na Educação Básica – Ensino Fundamental e Ensino Médio –, distintos cursos de educação profissional foram ou são realizados, tais como o Curso Técnico em Biodiagnóstico, o Proeja Radiologia e o Curso Técnico em Radiologia. Além da instituição dos cursos, alguns avanços são observados, tais como:

- Autonomia para a Certificação pela EPSJV e não mais subordinada à SES (Casa do Marinheiro)
- Melhoria dos valores recebidos pelos professores (há cinco anos pagava-se R\$14,00 h/a e, atualmente, recebem 24,00 h/a + 50% para planejamento + 3 tempos de pesquisa + 3 tempos referentes à reunião pedagógica)
- A construção coletiva de um plano curricular que se fundamenta a partir do eixo estruturante Território, Saúde e Participação Social, o qual se desdobra em quatro eixos semestrais: Movimentos sociais e Luta por Direitos Humanos; Identidade e Cultura; Meio Ambiente e Modelos de Desenvolvimento; Trabalho. Os conteúdos de cada disciplina se orientam pela concepção e pelos objetivos

de cada eixo, permitindo uma relação interdisciplinar mais orgânica, bem como favorecendo práticas pedagógicas mais coletivas.

- A relação orgânica entre os dois polos de EJA da EPSJV – o que funciona no interior da Escola e o que funciona na sede do Centro de Cooperação de Atividades Populares (Rede CCAP) – por meio da extensão do Serviço de Alimentação a estudantes, a incorporação de seus trabalhador@s ao quadro de funcionários da EPSJV e o desenvolvimento de um projeto pedagógico comum.

- A melhoria dos valores recebidos e a previsão de tempo para a realização de pesquisa favoreceram a criação de grupos de pesquisa. O objetivo é promover a integração ensino-pesquisa, mas também sistematizar e, conseqüentemente, dar maior visibilidade aos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelos trabalhador@s. Assim, quatro grupos de pesquisa foram criados: Educação Territorializada; Metodologias de Ensino em EJA; Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem em EJA; Políticas Públicas e Sujeitos da EJA. Em outubro de 2016, a partir do acúmulo dos grupos de pesquisa e da experiência do conjunto de trabalhador@s, foi realizado o 1o Seminário EJA Manguinhos: Histórias, Sujeitos e Políticas.

- A criação de um programa específico de mediação infantil, a fim de melhor acolher @s filh@s de educand@s trabalhador@s. Alguns educand@s não dispõem de local ou de pessoa responsável para deixar seus filh@s no período noturno - isto é, no turno em que vão

para a escola. Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de criar um espaço para que as crianças fossem acolhidas enquanto seus responsáveis estão em sala de aula. Esse espaço não constitui “reforço escolar” para as crianças e, portanto, não pretende ser uma extensão da escola, mas sim um espaço de acolhimento, no qual as crianças realizam diferentes atividades enquanto esperam seus responsáveis (jogos, teatro, filmes).

Tais avanços, no entanto, não apagam os desafios sempre constantes para que se construa cada vez maior organicidade desta proposta no interior da Escola. Assim, temos ainda que enfrentar a discussão em torno das seguintes questões:

- Melhorar o vínculo dos trabalhadores (há cinco terceirizados e 31 bolsistas), considerando a ampliação da sua carga-horária como imprescindível para a integração efetiva da Educação de Jovens e Adultos, em todos os níveis e fóruns da EPSJV.

- Fortalecer ainda mais os grupos de pesquisa, a fim de que trabalhos já realizados na EJA sejam publicizados e a Escola se torne referência no tema.

- Institucionalizar a EJA, a fim de que esta deixe ser um projeto ligado à Vice-Direção de Ensino e Informação e ganhe organicidade, realmente. Para tanto, é necessário ampliar a discussão acerca da institucionalização da EJA, seja pela sua incorporação ao Labform, seja pela criação de um laboratório específico voltado para as questões específi-

cas da aprendizagem d@ adult@ trabalhador@.

- Apesar de já ter sido garantida a infraestrutura mínima para o funcionamento dos cursos noturnos (alimentação, funcionário de apoio e Secretaria Escolar), ainda há necessidade de melhorias para que esses cursos possam funcionar nas mesmas condições que os diurnos, tais como setor de fotocópias e Biblioteca até as 22h.

- Expandir as ações que demandam ajustes entre a interlocução da EPSJV e outras instâncias da Fiocruz, com vistas à melhoria de aspectos ligados à infraestrutura necessária à realização de cursos noturnos na EPSJV como, por exemplo, a ampliação do horário do Nust e a segurança, incluindo a circulação no Campus e o deslocamento d@s estudantes e trabalhador@s.

- Apropriarmo-nos, enquanto coletivo da Escola, do que se construiu sobre a EJA, a saber: o reconhecimento no processo pedagógico da identidade desses educand@s; as formas de avaliação mais inclusivas; a configuração de processos pedagógicos que considerem as especificidades desses trabalhador@s; e uma proposta curricular que incorpore a realidade desse território.

- Fortalecer ainda mais os princípios da EPSJV - a politecnia, a pesquisa como princípio educativo, a articulação entre trabalho, ciência e cultura e o conceito ampliado de Saúde - no projeto da EJA.

- Reconhecendo a relevância da Iniciação Científica (IC) na EPSJV, uma vez que a Escola tem dois importantes programas de IC no Ensino Médio - o Programa de Vocação Científica (Provoc) e o Projeto Trabalho, Ciência e Cultura (PTCC) -, além de assumir a Coordenação do Programa Institucional de Bolsas para a Iniciação Científica no Ensino Médio (Pibic-EM/CNPq/Fiocruz), é fundamental apostar em políticas de ampliação e de descentralização das iniciativas de Iniciação Científica, pensando, de modo particular, experiências de IC para técnicos de nível médio e discentes da EJA/Proeja. Nesse sentido, é ter como referências essas experiências nas relações entre ciência e trabalho, à luz de um projeto politécnico de formação. Torna-se decisivo, dessa forma, considerar essas possibilidades formativas, tomando as especificidades dessas modalidades e níveis de ensino, de modo a adequar as demandas de um processo pedagógico de Iniciação Científica à realidade desses educand@s.

- Expandir os cursos de educação profissional realizados no período noturno.

Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio

No ano de 2011, se discutiu a reformulação do Curso Técnico de Nível Médio, retomando a formação curricular em quatro anos. Tínhamos por preocupação o oferecimento de um curso mais acessível aos estudantes ingressantes, sob o aspecto da permanência e da conclusão. Assim, pensando na realidade d@s student@s diante de um curso tão complexo como o da EPSJV, buscou-se pos-

sibilitá-lhes, durante o ano letivo, um tempo livre para estudo, descanso e lazer. Do ponto de vista da educação que desejávamos propiciar, buscava-se ter um espaço para dar mais atenção aos educand@s, em horário fora de sua grade, mas dentro da normalidade semanal de trabalho.

A distribuição dos conteúdos programáticos objetivou promover a fixação do estudante até o último momento de sua permanência de quatro anos e o favorecimento das aproximações entre os componentes curriculares afins, de modo a favorecer a integração em seu desenvolvimento e sua avaliação. Assim, buscávamos construir artefatos curriculares que possibilitassem avançar na perspectiva de nosso Projeto Político-Pedagógico de politecnicidade e integração curricular.

Nesta reestruturação curricular, algumas estratégias pedagógicas foram criadas, como:

- Turno livre (4^{af} à tarde),
- Implementação da Oficina de Leitura e Produção Textual, como componente curricular.
- Turno de Atividades Diversas, com o objetivo de propiciar a participação em palestras e eventos promovidos, em geral, na EPSJV, como também um espaço para a construção de uma parte diversificada do currículo, podendo consistir em oficinas, minicursos, visitas guiadas, exibição de filmes, entre outras ações pedagógicas, inclusive aulas de apoio.

- Garantia de tempos, ao longo de todo ano letivo, dedicados exclusivamente a aulas de apoio e recuperação.

- Aumento de tempos para o PTCC.

- Aumento da carga horária de estágio.

- Nova distribuição das disciplinas do ensino médio ao longo dos quatro anos.

- Reestruturação da IEP.

Tais mudanças nos exigem uma avaliação cuidadosa por parte dos educador@s e dos educand@s, a fim de sempre buscarmos coerência e aprimoramento de nossa prática pedagógica – o que contribuirá, também, para o fomento à pesquisa sobre as práticas que implementamos em nossos cursos.

Criar um grupo de trabalho, proveniente do conjunto de educador@s, para realizar tal tarefa pode se constituir em estratégia interessante, pois possibilita a tod@s observar, de forma mais sistemática, seus processos de trabalho, suas práticas pedagógicas e mediações implementadas, tendo @s educand@s por interlocutores primordiais.

Concessão de auxílio financeiro a estudantes

A última discussão realizada na EPSJV sobre bolsas para estudantes foi realizada em 2007, resultando na edição da Portaria nº. 039/2007 que estabeleceu os novos critérios e as modalidades para a concessão de auxílio financeiro a estudantes da EPSJV.

Observa-se no Curso Técnico de Nível Médio em Saúde (CTNMS), pela diversidade do perfil de noss@s estudantes, que alguns vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, apresentando dificuldade de permanecer no curso, pois necessitam trabalhar, e a nossa bolsa atual (R\$100,00) é insuficiente. Outros alunos necessitam de um aporte financeiro para complementar as passagens para a locomoção ao estágio ou outras atividades pedagógicas, já que a gratuidade de transporte no Rio de Janeiro para @s estudantes de escolas públicas é limitada e, muitas vezes, insuficiente para o mês. Além dessas questões, particulares aos alun@s do CTNMS, observamos uma crescente solicitação de bolsas para alun@s de outros cursos, para o auxílio deslocamento.

Esta é uma questão muito delicada, sobretudo em uma época de perda de direitos, que vem impingindo cortes nas políticas públicas. Contudo, não podemos nos esquivar de pensar formas de rever as bolsas dos educand@s, buscando torná-la mais real diante das necessidades enfrentadas.

Estágio Curricular de Licenciatura

A EPSJV recebe estudantes de Licenciatura que realizam os seus estágios em seu interior. Na Câmara Técnica de Ensino da Escola, foi criada uma Comissão para tratar da institucionalização dessas práticas, com vistas a consolidar uma política orgânica para essas

ações, o que nos remete à responsabilidade que temos ao contribuir com a formação pedagógica destes futuros docentes. Caberá à nova Direção da EPSJV apoiar e estimular essa Comissão, de modo a viabilizar a implementação do resultado desse trabalho na EPSJV.

Educação Permanente

Necessitamos realizar um esforço em direção à criação de espaços educativos no interior da Escola que possibilitem o desenvolvimento de processos de educação permanente em saúde. O que se entende como necessário a contemplar pela educação permanente incorpora as temáticas nas quais os trabalhador@s da EPSJV se inserem quanto a seus processos de trabalho, seja na Educação, Saúde ou Ciência e Tecnologia. Buscaremos, assim, oportunizar a disseminação do trabalho do conjunto da Escola, formalizando inclusive instrumentos próprios para essa ação, como já realizamos para o público externo. Tais espaços de educação permanente podem se configurar como oficinas orientadas pela revitalização do nosso Centro de Estudos ou cursos de pós-graduação que contemplem as especificidades dos setores da EPSJV.

Inclusão Educacional

A EPSJV conseguiu, ao longo dos anos, democratizar o acesso de estudantes que trazem desafios diversos ao processo pedagó-

gico. Buscando sempre uma educação pública que respeite e acolha a diversidade humana, nos deparamos com histórias de vida distintas, que trazem a necessidade de pensarmos coletivamente estratégias de educar não somente esses educand@s, como suas famílias, tendo o respeito à dignidade humana como tônica. Diante dessa realidade, tem sido urgente nos debruçarmos sobre questões relativas à educação de pessoas em situação de deficiência, a temáticas como a diversidade sexual, a violência doméstica e urbana, a questão racial, entre outras. Parece oportuno:

- Criar grupos de trabalho que propiciem um estudo juntos aos estudantes e às famílias sobre essas distintas temáticas.
- Estudar a viabilidade de se ter um@ trabalhador@ especializad@ na mediação pedagógica junto a pessoas em situação de deficiência para trabalhar com esses estudantes e seus professor@s.
- Fomentar um trabalho junto às famílias d@s estudantes, sobretudo aquel@s que apresentam conflitos presentes no processo pedagógico.

Pós-graduação

A Pós-Graduação da EPSJV tem crescido e se diversificado nos últimos anos, muito em função das ações de cooperação nacional e internacional que a Escola desenvolveu nesse período. Com isso, houve a ampliação do quadro docente, tanto pela instituição de

colegiados ampliados regulares quanto por meio de um processo inédito de credenciamento e reconhecimento para o mestrado, desenvolvido no último ano. De outro lado, a Escola tem trabalhado para melhorar os indicadores do mestrado profissional perante os parâmetros avaliativos da Capes, sem, entretanto, deixar de nos posicionarmos criticamente diante deles. Esses avanços precisam, no entanto, ser consolidados e aprofundados. Nesse sentido, entendemos ser necessário:

- Aproximar a Pós-Graduação das outras experiências formativas desenvolvidas na Escola – do Ensino Médio Integrado aos programas de Iniciação Científica –, como uma perspectiva institucional, e não uma ação isolada de alguns trabalhadores envolvidos em multiplicidade de experiências.
- Manter o programa de bolsas próprio para estudantes do mestrado, avaliando e qualificando a proposta existente.
- Construir mais organicidade entre as linhas de pesquisa da Escola e o trabalho de pesquisa dos professores da Pós-Graduação, inclusive como forma de facilitar futuros credenciamentos docentes. Hoje, por incrível que pareça, essas linhas de pesquisa não dialogam entre si.
- Desenvolver programa de incentivo à pesquisa, próprio da EPSJV, fomentando a constituição de equipes de pesquisa com professores da Pós e externos.

- Recuperar as avaliações feitas ao longo dos 10 anos do Mestrado Profissional, sobretudo no atual cenário de políticas voltadas à privatização das pós-graduações e da organização do doutorado profissional.
- Repensar o programa de Pós-Graduação na perspectiva da diversificação dos cursos de especialização oferecidos, visto que a Fiocruz volta a ter permissão para a certificação de cursos de pós-graduação *lato sensu*.
- Desenvolver práticas de registro e avaliação permanente das experiências de pós-graduação, realizadas como parte de processos das cooperações Nacional e Internacional: Tems; Palops; Uruguai; Peru; e RET-SUS. Trata-se de processos importantes de reflexão e formação da própria Escola, dos quais muitos trabalhador@s participam.

Pesquisa

Ao longo dos últimos anos, pela incorporação de novos trabalhador@s, principalmente tecnologistas e pesquisadores, no quadro funcional da EPSJV, a pesquisa cresceu e diversificou-se na Unidade. Ao mesmo tempo, o fim do Paetec e, conseqüentemente, a incorporação de trabalhador@s bolsistas como terceirizad@s reorientaram as iniciativas de pesquisa, antes predominantemente individuais, quanto à formação de equipes interdisciplinares, interlaboratoriais e, em alguns casos, interinstitucionais. Ao mesmo tempo, a configuração do Cadastro de Pesquisa da EPSJV permitiu mapas mais precisos da pes-

quisa na EPSJV e, conseqüentemente, o avanço do planejamento coletivo dessas atividades. A criação de uma metodologia institucional de reconhecimento e de avaliação regular de grupos de pesquisa cadastrados na Plataforma CNPq caminhou no mesmo sentido, assim como a discussão ampliada sobre linhas de pesquisa realizada há quatro anos. Há, porém, muito para fazer ainda neste campo.

Entendemos que dar maior institucionalidade à pesquisa na EPSJV implica um duplo significado. De um lado, reconhecer o caráter sempre coletivo do processo de pesquisa que envolve o trabalho efetivo da Escola, mesmo que o projeto apresente-se como individual. De outro lado, amplificar o escopo e o impacto das pesquisas, e as possibilidades de interlocução entre pesquisador@s, trabalhador@s e estudent@s, além de permitir uma gestão mais solidária e integrada de recursos geralmente escassos, pelos constantes encolhimentos das verbas destinadas à pesquisa, tanto na Fiocruz quanto no âmbito mais geral. Para isso, precisamos aprimorar alguns processos como o próprio Cadastro de Pesquisa, estabelecendo um diálogo efetivo entre os diferentes sistemas de informação aos quais as atividades de pesquisa se remetem: PA; Currículo Lattes; Arca; entre outros.

Ao mesmo tempo, faz-se necessário aprofundar a discussão sobre as prioridades institucionais, desenvolvendo linhas de incentivo próprias e a configuração de estratégias mais

coletivas de captação e gestão dos recursos. Torna-se, portanto, imprescindível fortalecer os espaços de discussão da pesquisa, principalmente a Câmara Técnica de Pesquisa e o Colegiado Ampliado da Pós-Graduação, com o objetivo de auxiliar na gestão da política, nos programas e processos relacionados à pesquisa. Outro passo interessante refere-se à busca de maior participação junto à Câmara Técnica de Pesquisa da Fiocruz com vistas à construção de estratégias comuns para o apoio a projetos e a desenvolvimentos tecnológicos que possam contribuir para o desenvolvimento da educação profissional em saúde, em prol do fortalecimento do SUS.

Cooperação Nacional e Internacional

Os processos de cooperação no interior da EPSJV vem nos exigindo refletir sobre as ações que realizamos nos âmbitos nacional e internacional. Durante a discussão propiciada pelos seminários internos, foi instituído um GT que se reuniu entre outubro de 2014 e abril de 2015 e fez uma reflexão sobre o significado da cooperação no interior da Escola e as formas de desenvolvimento.

Do ponto de vista da Cooperação Internacional, a referência de nosso trabalho pautou-se nas orientações das políticas do Estado brasileiro, com um protagonismo nas ações de cooperação Sul-Sul, tendo por eixo norteador as cooperações estruturantes em Saúde. A EPSJV buscou sempre realizar suas ações com vistas ao fortalecimento das insti-

tuições públicas vinculadas à formação de técnicos em saúde, realizando um processo de cooperação horizontal que respeitasse a autonomia e a soberania dos países na definição de suas necessidades e demandas, objetivando, assim, a melhoria da qualidade de vida de suas populações.

Diante de sua responsabilidade com a Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (Rets) e o Conselho Consultivo do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Isags), instituição que tem como missão apoiar as políticas de fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde na região, no contexto da Unasul-Saúde, a EPSJV está, também, exposta ao contexto de enfrentamento das demandas de regulação das relações de trabalho e de políticas de Educação voltadas para as necessidades do mercado de trabalho, com uma orientação de caráter tecnicista e instrumental. Essa orientação exige a articulação contínua entre setores, laboratórios e a Direção da Escola, com vistas a desenvolver uma atuação crítica, considerando: as hegemonias nacional e internacional em torno da pedagogia das competências; as necessidades imediatas de formação em larga escala e de articulação com outras instâncias para a formação de técnicos e com setores da estrutura estatal que realizam projetos na área; o aligeiramento e a fragmentação de processos de formação docente; e a estruturação de processos de investigação no campo da política internacional.

Para complexificar o quadro da atuação internacional, as fontes habituais de recursos que estruturavam a Cooperação Sul-Sul diminuíram, tendo como orientação a prospecção de recursos, a busca de editais e a instituição de um processo de privatização também nas ações de cooperação internacional. Isso nos exige um trabalho mais coletivo e de levantamento de prioridades para que possamos realizar as cooperações sem nos afastarmos dos princípios que nos orientam.

No âmbito nacional, os desafios também são inúmeros. Enfrentamos, nas parcerias, intenções políticas distintas do nosso compromisso com a formação dos trabalhadores do SUS, alicerçadas em um contexto de desenvolvimento da relação público-privado nas políticas sociais, que produz mecanismos de terceirização da força de trabalho. O problema da colaboração se coloca diante da adoção de modelos de gestão privatizantes, pautados pela transferência de recursos do fundo público para a iniciativa privada e pelas relações de trabalho mercantis, opressoras e pouco transparentes. Tal cenário nos exige definir, coletivamente, as estratégias e as táticas para as cooperações, visto que implica discutir o papel da EPSJV no contraditório campo da Educação Profissional em Saúde.

Estas contradições nos obrigam a refletir sobre o grau de nossa autonomia diante das demandas por cooperação e a criação de estratégias para defender as nossas teses, buscando coerência com a instituição de

uma contra-hegemonia não apenas teórica como prática. A nós é exigido pensar, também, as condições materiais para viabilizar os distintos processos de cooperação, sem comprometer o desenvolvimento de outras atividades.

Diante do exposto, endossamos as seguintes diretrizes, já discutidas no Grupo de Trabalho de Cooperação, organizado e findo em 2015 na escola:

- Melhorar os fluxos e processos relativos às ações de cooperação, viabilizando uma maior participação na idealização, formulação e execução de tais ações, a fim de permitir uma maior organicidade e institucionalidade no processo cooperativo da escola.
- Ampliar as discussões coletivas sobre as cooperações, minimizando o papel dos vínculos diretos e individualizantes, propiciando maior integração institucional entre os grupos de trabalho e a configuração de processos de cooperação mais orgânicos ao trabalho e aos princípios preconizados pela EPSJV.
- Estimular a sistematização das experiências de cooperação, a fim de que estas sejam socializadas e se tornem estruturantes também para o interior da EPSJV, possibilitando-nos um repensar coletivo sobre nossas ações e fortalecimento institucional.
- Possibilitar o debate e a formação no interior da EPSJV sobre os princípios que regem a cooperação internacional, propiciando um estudo comparado entre os sistemas de Saúde e Educação e a regulamentação do tra-

balho em saúde dos países com os quais costumamos realizar as cooperações.

- Ampliar a articulação no interior da Fiocruz quanto às iniciativas de formação dos trabalhadores e trabalhadoras do SUS.

Cooperação com os movimentos sociais

Reconhecemos a existência da potencialidade de articulação de saberes entre a Saúde e os movimentos sociais, o que exige a elaboração de estratégias para o enfrentamento de problemas comuns. Isso significa integrar a luta por um ideal de universalização da Educação e da Saúde, oposta à mercantilização da vida humana. Tais processos de cooperação, portanto, junto aos movimentos sociais podem abranger o território nacional e a dimensão internacional, buscando ampliar as nossas definições de saúde e educação a serem implementadas pelo setor público nos distintos países. Contudo, nosso trabalho tem se desenvolvido, ao longo desses 32 anos de escola, junto aos movimentos sociais nacionais somente.

Assim sendo, assumimos como diretrizes imediatas os seguintes pontos:

- Fomentar a cooperação com os movimentos sociais mais diversos, respeitando a autonomia e os tempos diferenciados destes e da Escola, investindo na sistematização das experiências realizadas, a fim de qualificar as ações desenvolvidas e torná-las mais orgânicas tanto para os movimentos como no interior da EPSJV.

- Incentivar o intercâmbio com os movimentos sociais populares, suas práticas e teorias, a fim de retroalimentar os princípios que regem a EPSJV.

- Debater que paradigmas de atuação da EPSJV poderão tornar mais orgânica a questão da cooperação realizada junto aos movimentos sociais, sobretudo no que se refere a sua atuação no território de Manguinhos, respeitando a expressão dos movimentos sociais e superando o mau hábito da tutela destes por uma instituição de Estado.

Cooperação Social

A Fiocruz tem como missão produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do SUS e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, a redução das desigualdades sociais e a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais (VI Congresso Interno da Fiocruz, 2010).

Nesse sentido, a redução das desigualdades sociais e iniquidades em saúde deve ser considerada um compromisso institucional da Fiocruz e da EPSJV, em especial nos territórios com vulnerabilidade socioambiental, seja nas cidades, no campo ou nas florestas.

A atuação da EPSJV nas comunidades de baixa renda, além de ser uma missão, permite que a Escola supere, a partir dos conheci-

mentos, experiências, cultura e processos de cooperação e conflitos existentes nos territórios vividos, o pressuposto de que, como instituição de ensino e pesquisa, ela é o centro do conhecimento e o estende para o território supostamente carente de conhecimentos. Tal pressuposto, ainda marcante em determinadas instituições, tem sido revisto e transformado por universidades como a UFRJ, a partir de sua Pró-Reitoria de Extensão, em parceria recente para ações integradas com a Fiocruz. A EPSJV tem uma trajetória pedagógica e de articulação junto aos movimentos sociais das favelas, populações do campo, florestas e águas, o que a consolidou enquanto sujeito pedagógico que atua no Brasil e no exterior, buscando compreender os desafios colocados para a produção social da saúde e a reprodução da vida em um processo formativo, à luz dos objetivos e conquistas sociais preconizados pelas Reformas Sanitária, Urbana e Agrária.

Com relação a Manguinhos e Maré, territórios a que a EPSJV pertence, existem diversos projetos e ações realizadas pelos trabalhadores e laboratórios da Escola e de outras unidades da Fiocruz junto à comunidade. Para que haja uma ação mais orgânica e estruturante que amplie a cooperação social no território, é necessário que a escola promova seminários, debates, reuniões, rodas de conversa, com a participação da comunidade, na perspectiva de elaboração de um projeto institucional estruturante de cooperação com estes territórios. É necessário identificar

no território suas debilidades e fortalezas do presente, bem como as ameaças e oportunidades do futuro, de forma a dar subsídios para respondermos como podemos articular ações, experiências e nos complementarmos, visando atuarmos em uma comunidade que deseja paz com voz.

Isso implica a compreensão de que a situação crítica que sofrem as comunidades é fruto de diversas violações de direitos, para além da falta de uma política de segurança pública fundamentada na cultura de direitos, incluindo a falta da efetividade de políticas públicas saudáveis de educação, habitação, geração de trabalho e renda, saneamento ambiental, cultura e lazer, assistência social, bem como o fortalecimento das políticas de saúde. Um ponto de extrema relevância para a Escola é a discussão desse território em que estamos inseridos, mas que temos vivências diferenciadas. A presença dos trabalhadores do período diurno é menos vulnerável, visto que a produção de sua existência tem como referência outro espaço social que não a dos educand@s e trabalhador@s habitantes do território. Assim, ao discutirmos as formas de inserção neste território não podemos perder de vista que nosso discurso no interior da Fiocruz não pode vir a servir à militarização na vida cotidiana dos moradores do território e, muito menos, à naturalização da violência cotidiana. Temos que levar em consideração, ainda, a responsabilidade que temos com os educand@s, o que implica organizar estraté-

gias diferenciadas diante aos problemas da violência urbana.

Os estudant@s e trabalhador@s da EPSJV que residem nesses territórios sofrem variadas formas de violação de seus direitos, em favelas marcadas por práticas de exceção. Mangueiros, por exemplo, tem o 7º pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município do Rio de Janeiro e um grave histórico de violência com uso intenso de armas de fogo. Apesar dos massivos investimentos que ocorreram no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), começado em 2007, Mangueiros registrou um crescimento de apenas 2% no seu Índice de Desenvolvimento Social, bem abaixo do crescimento médio da cidade que ficou, no mesmo período, em 5%, saindo de 0,58 para 0,61.

São os intensos tiroteios que explicitam para toda a Fiocruz as violações locais sofridas cotidianamente por quem vive nesses territórios. A violência armada adoce morador@s, gera mortes e, por vezes, impede o próprio funcionamento da EPSJV e dos equipamentos públicos dos territórios. Precisamos, cada vez mais, ampliar ações territorializadas da instituição, aprendendo com o diálogo permanente em desenvolvimento com os locais de resistência e lutas por garantias de direitos do território. Nossa Escola também é desafiada pelas agendas de luta social dos movimentos sociais, organizações comunitárias e conselhos desses territórios, significativamente ampliados na última década. Estamos inseridos e devemos intensificar nossa troca per-

manentemente com essas agendas locais, ampliando nossa participação, ações e trocas de experiências com o Conselho Gestor Intersectorial de Mangueiros, o Conselho Comunitário de Mangueiros e a Comissão Contra a Violência na Favela. Participação e trocas que já vêm sendo construídas com esses espaços, onde aprendemos com as lutas sociais locais, por meio das quais os moradores são entendidos enquanto sujeitos políticos ativos e produtores de conhecimento crítico e emancipatório.

Apontamos, diante desse cenário, as seguintes propostas estratégicas para aprofundar e aprimorar a relação da EPSJV com os territórios de Mangueiros e Maré:

- Intensificar diálogos de profissionais da EPSJV com grupos e movimentos locais de Mangueiros – como o Centro de Cooperação e Atividades Populares (Rede CCAP), o Conselho Gestor Intersectorial de Mangueiros, o Conselho Comunitário de Mangueiros e a Comissão Contra a Violência na Favela –, com foco na construção de estratégias de enfrentamento à violência e outros determinantes sociais da saúde.
- Contribuir na formação de conselheiros locais de saúde para o Conselho Gestor Intersectorial de Mangueiros.
- Reforçar e expandir parceria com as escolas estaduais e municipais de Mangueiros e Maré, a Biblioteca Parque de Mangueiros e os pré-vestibulares comunitários.

- Criar, inicialmente, um grupo de trabalho com ações no território, a exemplo da cooperação sociotécnica com as escolas e creches de Manguinhos e Maré, a partir de um programa de necessidades elaborado com essas unidades de ensino, articulada com outras unidades da Fiocruz. Este grupo pode ser o embrião da constituição de uma cooperação social mais estruturada na EPSJV.

- Produzir subsídios para o apoio aos agentes públicos da Educação e da Saúde, contribuindo para suas atividades laborais;

- Ampliar a participação da EPSJV no Fiocruz Pra Você;

- Criar um grupo de pesquisa com projetos direcionados para Manguinhos e Maré;

- Criar cursos voltados para os moradores de Manguinhos e Maré, na perspectiva da educação popular em saúde;

- Intensificar o apoio técnico-científico da EPSJV às ações territorializadas.

- Desenvolver cursos em cooperação social no período noturno.

- Ampliar a participação da EPSJV no Programa Institucional Intersetorial em Violência e Saúde da Fiocruz.

Entre em contato conosco pelas redes sociais e deixe suas contribuições.

e-mail: epsjv2017@gmail.com

facebook: [@somospoli2017](https://www.facebook.com/somospoli2017)

instagram: [@somos.poli](https://www.instagram.com/somos.poli)

